

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) **Em tema de direitos e deveres individuais e coletivos, é incorreto afirmar que:**

- a) **Políciais têm a prerrogativa de adentrar na casa de qualquer pessoa durante o período noturno, desde que portem determinação judicial ou o morador consinta.**
- b) A liberdade de pensamento é exercida com ônus para o manifestante, que deverá se identificar e assumir a autoria daquilo que ele expressar.
- c) O presidente da República, embora nomeie os ministros que compõem o Supremo Tribunal Federal, não interfere na função jurisdicional desse órgão.
- d) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- e) A prática de racismo constitui um crime inafiançável e imprescritível.

2) **Pluralismo político, cidadania e soberania, de acordo com a Constituição Federal, constituem:**

- a) garantias fundamentais.
- b) direitos políticos coletivos.
- c) **fundamentos da República Federativa do Brasil**
- d) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- e) Princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.

3) **Acerca da competência legislativa dos entes federados, assinale a alternativa incorreta.**

- a) Caso não exista lei federal que disponha normas gerais relativas à tecnologia, os estados poderão exercer a competência legislativa plena, necessária ao atendimento de suas peculiaridades.
- b) Legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- c) Compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação.
- d) Compete privativamente à União legislar sobre populações indígenas.
- e) **Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre nacionalidade, cidadania e naturalização.**

4) **“Os direitos fundamentais são bens jurídicos em si mesmos considerados, conferidos às pessoas pelo texto constitucional, enquanto que as garantias são instrumentos por meio dos quais é assegurado o exercício desses direitos, bem como a devida reparação, em caso de violação.” (Vicente Paulo, Marcelo Alexandrino, Direito Constitucional Descomplicado, 7ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 2011, p.100). Sobre o assunto assinale a alternativa correta.**

- a) Não haverá em nenhuma hipótese penas de morte, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento e cruéis.
- b) São direitos sociais a educação, a livre iniciativa, o direito de propriedade, a moradia, a saúde, o trabalho, o lazer e a previdência social, além da proteção à maternidade e à infância.
- c) conceder-se-á mandato de injunção para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

d) Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

e) O mandado de segurança pode ser impetrado para tutelar direito líquido e certo contra quem quer que seja, desde que agindo ilegalmente ou em flagrante abuso de direito.

5) A respeito dos direitos e garantias individuais e coletivos, assinale a alternativa incorreta.

a) No exercício da “interpretação conforme a Constituição” a declaração de constitucionalidade pelo STF de manifestações em eventos públicos para a descriminalização de determinado tipo penal confere eficácia aos direitos fundamentais de liberdade de expressão (direito-fim) e de reunião (direito-meio).

b) O entendimento do STF é no sentido de que habeas data constitui remédio constitucional cabível para sanar a violação de direito à informação, por ato ilegal ou abuso de poder, que decorre de negativa da administração pública em permitir vista de processo administrativo.

c) A proibição de revista íntima de funcionárias e clientes do sexo feminino por empresas privadas, órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta, fundamenta-se na garantia do direito à intimidade (art. 5º, CRF/88).

d) Em consonância com a garantia constitucional de gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania (art. 5º, LXXVI, da CF/88), a Lei 9.265/96 instituiu a gratuidade de todo e qualquer requerimento ou petição que visem às garantias individuais e à defesa do interesse público.

e) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana.

6) Analise as afirmações a seguir:

I- O princípio da “concordância prática ou harmonização” estabelece ao intérprete constitucional a aplicação do sentido normativo que respeite os limites da divisão de funções constitucionalmente estabelecidas pelo poder constituinte originários entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

II- No caso de normas plurissignificativas, o princípio da “força normativa” estabelece ao intérprete constitucional a vedação de aplicação de normas inconstitucionais e a proibição do exercício da função de legislador positivo criando normas divergentes do propósito do legislador.

III- Na interpretação dos direitos fundamentais, o princípio da “máxima efetividade das normas constitucionais” orienta o intérprete constitucional à aplicação do sentido normativo que confira o maior grau de efetividade social à norma constitucional aplicável ao caso concreto.

À luz dos princípios hermenêuticos de interpretação constitucional, está (ão) correta(s) a(a) afirmativa(s):

a) I e II, apenas

b) II, apenas

c) III, apenas

d) I, II e III.

e) II e III, apenas.

7) Assinale a opção correta

a) Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a ocorrência de grave violação a direitos humanos ocasiona ipso jure o acolhimento do Incidente de Deslocamento de Competência (IDC), para a Justiça Federal, desde que suscitado pelo Procurador Geral da República.

- b) O Brasil não se submete à Jurisdição de Tribunal Penal Internacional, mesmo que tenha manifestado sua adesão quando de sua criação.
- c) de acordo com o contido na Constituição Federal, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante referendo, eleições gerais e ação popular
- d) A Convenção sobre Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (Nova York, 2007), promulgada pelo Decreto nº 6949/2009, não faz parte do conceito de bloco de constitucionalidade.
- e) Denomina-se mutação constitucional o processo informal de mudança da constituição por meio do qual se atribui novo sentido, sem que se altere seu texto.

8) Ministério Público assinale a alternativa incorreta:

- a) Apesar de ser uma garantia assegurada aos membros do Ministério Público, a inamovibilidade poderá ser afastada por razões de interesse público, mediante decisão fundamentada do chefe da instituição.
- b) O governador de estado nomeia o procurador-geral do Ministério Público do estado com base em lista triplíce composta por integrantes de carreira, sem necessidade de ato de autorização da respectiva assembleia legislativa.
- c) Dentre as vedações a que estão sujeitos os membros do Ministério Público encontra-se a de exercer atividade político partidária.
- d) As funções institucionais do MP incluem promover, privativamente, a ação penal pública e exercer o controle externo da atividade policial, sendo-lhe vedada a representação judicial e consultoria jurídica de entidades públicas.
- e) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, indivisibilidade e independência funcional.

9) Tendo em vista o que estabelece a Constituição Federal sobre a ordem social, assinale a alternativa correta.

- a) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- b) São serviços de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo exclusivamente ao poder público a sua execução.
- c) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, desde que haja contribuição à seguridade social, e tem por objetivos entre seus objetivos a promoção da integração ao mercado de trabalho.
- d) O ensino será ministrado com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, não sendo permitida a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- e) Não configura dever do Estado proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional

10) Quando o termo “povo” aparece em textos de normas, sobretudo em documentos constitucionais, deve ser compreendido como parte integrante plenamente vigente da formulação da prescrição jurídica (do tipo legal); deve ser levado a sério como conceito jurídico a ser interpretado *lege artis*. (Friedrich Muller. Quem é povo? A questão fundamental da democracia. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2009, p.67).

Assinale a opção correta:

- a) Como titular passivo do poder constituinte originário, o povo delega o seu exercício a representantes e, em seguida, exerce a soberania apenas de forma indireta.
- b) Cabe à jurisdição constitucional fiscalizar o poder constituinte originário com base no direito suprapositivo.
- c) Os direitos adquiridos são oponíveis ao poder constituinte originário para evitar retrocesso social.
- d) A limitação material negativa ao poder constituinte dos estados federados se manifesta exclusivamente no dever de concretizar, no nível estadual, preceitos da Constituição Federal.
- e) O poder constituinte originário é uma categoria pré-constitucional que fundamenta a validade da nova ordem constitucional.

DIREITO PENAL

1. Marque a opção correta:

- a) O princípio da legalidade abrange os princípios da reserva legal e da anterioridade.
- b) Segundo o princípio da legalidade, apenas a lei formal e medida provisória com força de lei podem criar crimes e cominar penas.
- c) O princípio da anterioridade veda que a lei penal mais grave se aplique ao crime continuado ou ao crime permanente, mesmo se sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- d) O Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal entendem serem inconstitucionais os chamados tipos penais abertos.
- e) Crime de ação múltipla é aquele em que o agente precisa percorrer várias ações do preceito fundamento para que consiga chegar ao resultado, sem o qual não há crime.

2. Marque o item correto.

- a) Segundo o artigo 19 do Código Penal, o agente somente responderá pelo resultado agravado se o causar ao menos culposamente, como no caso em que ação que resultar no fato-base for culposa e o evento qualificado for doloso.
- b) O agente que atira contra uma vítima, mas arrependido socorre a vítima e a leva ao hospital, caso a vítima venha a morrer por infecção hospitalar, responderá ainda assim por homicídio consumado.
- c) A culpa inconsciente constitui modalidade subjetiva de realização de uma ação típica de menor intensidade, com repercussão na terceira fase de aplicação da pena.
- d) O erro de tipo inevitável sobre elementos objetivos do crime de peculato, artigo 312, caput do Código Penal, resulta na exclusão de qualquer responsabilidade penal.
- e) Crime preterdoloso é aquele em que o resultado delitivo é mais grave do que o pretendido pelo agente e decorre de imprudência ou negligência, sendo admitida a tentativa para todo o resultado.

3. Marque a correta:

- a) O erro de tipo evitável sobre elementos objetivos do tipo de homicídio cometido por omissão imprópria exclui o dolo, mas subsiste a possibilidade de punição a título de culpa.
- b) Os tipos de omissão de ação se apresentam sob a forma de omissão imprópria, fundada no dever jurídico especial de agir, que admite apenas ações dolosas, e sob a forma de omissão própria, fundada no dever jurídico geral de agir, que admite ações dolosas e culposas.
- c) Para a teoria da imputação objetiva, a relação de causalidade é suficiente para imputação do

resultado.

d) A condição de garantidor do bem jurídico constitui elemento específico do tipo objetivo dos crimes de omissão imprópria. Entretanto, a produção do resultado típico de lesão do bem jurídico é elemento comum do tipo objetivo dos crimes de omissão própria e imprópria.

e) Os tipos penais culposos são exemplos de normas penais em branco que dependem de um complemento, tendo em vista que não estão descritos especificamente em cada tipo penal.

4. Marque o item correto.

a) No tipo penal de prevaricação previsto no artigo 319 do Código Penal (Retardar, ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal), a expressão para satisfazer interesse ou sentimento pessoal constitui elemento subjetivo do tipo penal.

b) A superveniência de causa relativamente independente não exclui a imputação, quando, por si só, produziu o resultado, mas os fatos anteriores são imputados a quem os praticou.

c) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um dos agentes impede a agravação da pena resultante da conexão quanto aos demais agentes.

d) Deixará de responder pelos atos praticados o agente que desista voluntariamente de prosseguir na execução ou impeça que o resultado se produza.

e) Crime comisso por omissão é aquele em que o agente produz o resultado pela própria omissão, independentemente de ter o dever de evitar o resultado.

5. Marque o item correto.

a) Havendo ocorrência de erro de proibição indireto inescusável, o agente responderá pelo crime doloso, mas com pena diminuída de um sexto a um terço.

b) Tendo o agente intenção apenas de lesionar, mas venha a causar a morte da vítima, ainda que sem intenção e sem ter assumido o risco, deverá responder por lesão culposa e homicídio culposos, cujas penas serão aplicadas cumulativamente.

c) Tanto o erro de pessoas quando o *aberratio ictus* são espécies de erro na execução do crime, logo não possuem nenhuma relação com a representação que o agente faz da realidade.

d) Sendo o erro de tipo evitável, diminui-se a pena do agente de 1/6 a 1/3 em relação ao total legalmente estipulado.

e) Cabe ao juízo na sentença condenatória fixar o valor máxima da indenização.

6. Marque o item correto.

a) O STF entende ser inconstitucional a criminalização de atos preparatórios como crime de perigo abstrato por violar o princípio da lesividade.

b) A teoria limitada da culpabilidade trata o erro sobre os pressupostos fáticos de uma justificante como erro de proibição indireto, sendo a teoria adotado pelo Direito Penal brasileiro.

c) A desistência voluntário e o arrependimento eficaz são incompatíveis com os crimes culposos, mas admitidos na culpa imprópria.

d) Os crimes unissubsistentes, diante do fracionamento de sua execução, admitem a modalidade tentada.

e) Em certas infrações penais o exaurimento constitui etapa do *iter criminis*.

7. Marque a correta.

a) Configura *actio libera in causa* a conduta do agente que, em estado de embriagues completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, pratica um crime, mas será isento de pena.

b) A desobediência civil e a cláusula de consciência são exemplos de causas de exclusão da culpabilidade.

c) Para fins de contagem do prazo prescricional, deve ser considerado o menor valor do aumento de pena.

d) O erro de proibição isenta o agente de pena, mesmo que evitável, de acordo com a teoria psicológica normativa da culpabilidade.

e) Em comunidades pacatas, a gravidade em abstrato do crime cometido com violência ou grave ameaça configura, por si, fundamento idôneo para decretação prisão preventiva do acusado.

8. Marque a correta.

a) É possível considerar a existência de ações penais em curso, mas não de inquéritos policiais, para agravar a pena-base.

b) Não é possível o concurso de agente nos crimes culposos diante da ausência de vínculo subjetivo entre os agentes para produção do resultado.

c) A participação em um crime pode ocorrer por meio da instigação, induzimento e pelo auxílio. Entretanto, o auxílio também pode configurar coautoria, sendo necessário recorrer à regra da essencialidade da cooperação para definir se configurará participação ou coautoria.

d) Segundo o Código Penal, as penas dos autores sempre será menor que a dos partícipes, tendo em vista que a indução, instigação e auxílio configura menor reprovabilidade.

e) Em caso condenação em concurso material de dois crimes em que seja prevista reclusão e detenção, respectivamente, caberá ao condenado cumprir inicialmente a pena de detenção e depois a de reclusão.

9. Marque o item correto.

a) Circunstâncias atenuantes não podem reduzir a pena abaixo do mínimo legal, salvo quanto a confissão for utilizada pelo juízo para formação do convencimento.

b) Após o reconhecimento da existência do crime e de sua autoria, o magistrado tem uma discricionariedade regradada ou vinculada para fixação da pena.

c) As agravantes e as atenuantes previstas no Código Penal são taxativas, o que impede que outras circunstâncias sejam invocadas.

d) Diante do princípio acusatório, é vedado ao juízo determinar de ofício que o preso temporário lhe seja apresentado, assim como solicitar informações e esclarecimento à autoridade policial.

e) Nas infrações de menor ofensivo, em caso de flagrante delito, a autoridade policial deverá lavrar auto de prisão em flagrante e encaminhar o preso imediatamente ao juizado criminal.

10. Marque o item correto.

a) O crime de abandono de função pública é material, próprio e exige prejuízo para administração para sua consumação.

b) O peculato mediante de erro de outrem se aplica expressamente a causa de extinção da punibilidade da reparação do dano, desde que seja anterior à sentença.

c) O crime de corrupção passiva se consuma no momento em que o agente retarda ou deixa de praticar ato a que esteja legalmente obrigado.

d) O crime de violação de sigilo funcional exige a imposição do segredo de justiça para sua configuração.

e) O Supremo Tribunal Federal já decidiu que, no crime de concussão, ser policial pode ser considerada circunstância judicial negativa ainda que ser funcionário público seja elementar do tipo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. O pedido do autor delimita a jurisdição a ser prestada. O princípio processual que informa essa delimitação é o da:

- a) duração razoável do processo.
- b) eventualidade.
- c) imparcialidade.
- d) adstrição ou congruência.**
- e) celeridade ou economia processuais.

2. Acerca dos princípios e fundamentos do processo civil, julgue cada uma das assertivas e ao final marque a opção correta:

- I. A solução consensual dos conflitos deve ser estimulada pelo juiz, consistindo em seu dever buscá-la, tanto que conferiu nova sistematização e estruturação ao procedimento;
- II. O princípio da cooperação baliza o comportamento das partes de acordo com o princípio da boa-fé objetiva. Dentre outras consequências, expressa o dever de cooperação para que o processo seja justo e efetivo quanto à tutela dos direitos;
- III. O suprimimento dos pressupostos processuais é ônus exclusivo das partes, não podendo o juiz sanear e contribuir para que defeitos processuais sejam corrigidos devido a incidência do princípio dispositivo do processo;
- IV. A vedação das decisões-surpresa não decorre do princípio do contraditório.

- a) apenas a I está correta;
- b) apenas a II está correta;
- c) I e II estão corretas;**
- d) I, II e IV estão corretas;
- e) todas estão corretas.

3. Marque a alternativa correta acerca das partes e da intervenção de terceiros:

- a) a coisa julgada produzida no processo em que o substituto processual foi parte somente produz efeitos contra o substituído se este comparecer ao processo como assistente daquele;
- b) o substituído ingressa no mesmo processo em que figura o seu substituto processual na condição de seu litisconsorte, dispensando-se a concordância da outra parte em qualquer situação, uma vez que o direito discutido no processo lhe pertence;
- c) o substituto processual, enquanto parte nas ações para tutela de direitos individuais, possui apenas poderes de “gestão” do processo, não podendo transigir sobre o objeto litigioso, ressalvada a existência de negócio jurídico com o titular do direito;**
- d) o Ministério Público não pode transigir acerca do objeto litigioso no curso da ação civil pública porque atua como substituto processual e não titulariza o direito;
- e) o terceiro juridicamente interessado não pode apresentar recurso no processo, por não ser parte.

4. Julgue cada uma das assertivas e ao final marque a opção correta:

- I. Defeitos graves no procedimento ou no ato processual, cujo exemplo é a falta de citação, não podem ser sanados em hipótese nenhuma;
- II. Nem toda falta de pressuposto processual leva à necessária extinção do processo, cujo exemplo consiste no reconhecimento da incompetência do qual decorre a remessa dos autos para o juízo competente;

III. O juiz pode reconhecer de ofício a conexão entre causas, determinando a reunião dos processos;
IV. A competência adequada tem de ver com o foro apropriado para processamento e julgamento das ações civis públicas tendo em vista aspectos locais e a própria conflituosidade inerente à demanda.

- a) apenas a I está correta;
- b) apenas a II está correta;
- c) I e II estão corretas;
- d) II, III e IV estão corretas;
- e) todas estão corretas.

5. Marque a opção errada:

- a) em matéria de nulidade processual, a regra é que os atos inválidos não produzem efeitos mesmo que o defeito não venha a ser alegado pelas partes e não causem prejuízos a elas;
- b) admite-se o isolamento da nulidade processual quando esta não afetar ou comprometer outros atos processuais que guardem certa independência com o ato nulo;
- c) o autor não pode aditar a inicial para formular novos pedidos sem a concordância do réu se este já foi citado;
- d) o autor não poderá desistir da ação, mesmo que arque com as custas processuais, sem a concordância do réu, se este já foi citado;
- e) a petição inicial não será indeferida se, ao ser intimado, o autor puder corrigir os seus defeitos.

6. Marque a alternativa errada:

- a) se o réu não contestar a ação civil pública por ato de improbidade administrativa, não se presumirão verdadeiros os fatos articulados na petição inicial;
- b) haverá tantas causas de pedir quanto forem os fatos que derem suporte a um mesmo pedido;
- c) o CPC/15 adota a teoria da substanciação da causa de pedir, a qual impõe ao autor o ônus de indicar o fato jurídico e qual a relação jurídica decorrente da incidência sobre ele da norma jurídica abstrata;
- d) não aproveita o conteúdo das questões comuns arguidas por um dos litisconsortes na sua contestação, se o corréu não apresentou sua defesa;
- e) a perempção ocorre quando o autor dá causa à extinção do processo por abandono, por três vezes.

7. Julgue cada uma das assertivas para assinalar a opção correta:

- a) o julgamento liminar de improcedência é técnica de aceleração do processo, pois destinado à certificação da inexistência de um direito quando o pedido se mostra, de plano, improcedente;
- b) a decisão parcial de mérito não difere, em seu conteúdo, de uma sentença, mas, como não põe termo à fase de cognição do processo em primeiro grau de jurisdição, desafia apenas recurso de agravo de instrumento;
- c) não vige o ônus da impugnação específica quanto à contestação apresentada por curador especial;
- d) tecnicamente, o réu não faz pedido na contestação, apenas resiste à pretensão autoral, ressalvadas algumas situações específicas, como nas ações de caráter dúplice.

- a) apenas a I está correta;
- b) apenas a II está correta;
- c) I e II estão corretas;
- d) todas estão erradas;
- e) todas estão corretas.

8. Marque a alternativa correta:

- a) tutela do direito é o resultado jurídico-substancial da técnica processual na vida das pessoas. É o efetivo efeito da prestação jurisdicional para o bem da vida;
- b) a fase de saneamento do processo visa apenas à correção de vícios processuais para possibilitar julgamento do mérito, bem assim especificação de provas. Nesta fase, o juiz não é autorizado a julgar a lide no estado em que se encontra;
- c) a prova do processo busca a obtenção da verdade absoluta, através da reconstituição de fatos ou evidências que atestem, sem sombras de dúvidas, que os fatos ocorreram da forma como expostos pelas partes;
- d) tendo em vista o princípio da verdade real, os fatos componentes da causa de pedir não impugnados especificamente pelo réu devem necessariamente ser demonstrados pelos meios de prova;
- e) o MP não pode requerer a produção de provas quando intervier como fiscal da ordem jurídica no processo.

9. Pedro ajuizou ação declaratória de inexistência de relação jurídica contra a Escola Arco-íris Ltda., tendo como causa de pedir o pagamento regular de todas as mensalidades do ano letivo de seu filho, injustamente cobradas pela instituição de ensino. O autor postulou, a título de antecipação da tutela jurisdicional, a sustação liminar do protesto das cambiais vinculadas ao contrato, pois, segundo ele, já teriam sido pagas. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta:

- a) a providência liminar requerida pelo autor tem nítido conteúdo cautelar e, com esse fundamento, deve ser indeferida pelo juiz;
- b) a antecipação da tutela deve ser indeferida com o fundamento de que, nesse caso, há perigo de irreversibilidade;
- c) a antecipação da tutela deve ser indeferida com o fundamento de que, nesse caso, não há fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação;
- d) a tutela antecipatória só poderá ser deferida ao final do processo, a fim de afastar o efeito suspensivo de eventual recurso contra a sentença de mérito, e possibilitar sua execução provisória;
- e) é cabível ao juiz conceder a antecipação da tutela nesse caso, ainda que o pedido final seja de sentença meramente declaratória.

10. Assinale a alternativa correta:

- a) se a falsidade não constituir pedido principal do processo, não poderá ser declarada em sentença e fazer coisa julgada;
- b) na sistemática do novo CPC, as decisões interlocutórias podem ter o mesmo conteúdo da sentença;
- c) apenas a parte dispositiva da sentença pode constituir coisa julgada;
- d) a decisão que indefere o pedido apenas sob a justificativa de carecer de amparo legal atende o princípio da devida fundamentação das decisões judiciais;
- e) os motivos, por sua importância para a fundamentação e por influir na procedência ou improcedência do pedido, também fazem coisa julgada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Marque a opção correta.

- a) A lei processual penal tem aplicação imediata, salvo quando agravar a situação do acusado.
- b) Segundo o princípio do contraditório, toda prova constante do processo está sujeita a contraprova, salvo aquelas produzidas durante as investigações e que não possa ser repetida em juízo.
- c) As leis processuais brasileiras não admitem o denominado contraditório mediato ou deferido.
- d) Segundo a maior parte da doutrina brasileira, não existe contraditório na fase de investigação criminal, ainda que seja direito do investigado ter acesso aos autos da investigação e fazer requerimentos.
- e) Os advogados podem ser considerados pessoalmente sujeitos da relação processual penal.

2. Marque a opção correta.

- a) A legislação brasileira adota o princípio da territorialidade de forma absoluta, segundo o qual a lei brasileira se aplica aos crimes praticados no território nacional, independente da nacionalidade da vítima, do agente ou do bem jurídico lesado.
- b) O prazo para polícia civil e federal concluir do inquérito policial é de 10 dias se o indiciado estiver preso e de 30 dias se estiver solto.
- c) Sendo o indiciado preso preventivamente, o prazo para conclusão do inquérito policial será contado da data em que for executada ordem, devendo haver relaxamento da prisão sempre que esse prazo não for cumprido.
- d) Inquérito policial instaurado para apurar crime de tráfico ilícito de drogas previsto na Lei 11.343/2006 deverá ser concluído no prazo de 30 dias quando o indiciado estiver preso e de 90 dias quando estiver solto, sendo ainda possível da duplicação desses prazos pelo juízo a pedido do Ministério Público.
- e) Para evitar a ocorrência de prescrição, poderá o juízo julgar a ação penal independentemente da apresentação de alegações finais.

3. Marque a opção correta:

- a) Segundo o CPP, da decisão de não recebimento da denúncia caberá apelação.
- b) A não observância das formalidades legais na confecção do auto de prisão em flagrante delito constitui nulidade absoluta, resultando no relaxamento da prisão.
- c) No processo penal brasileiro, o único momento de aplicação do princípio *in dubio pro societate* é o do recebimento de denúncia, já que ele não se mostra compatível com Estado Democrático de Direito.
- d) Nos crimes de tráfico de drogas previstos na Lei 11.343/2003, o laudo de constatação é suficiente para o exercício da ação penal.
- e) Admite-se a possibilidade de renúncia tácita do querelante em relação a alguns dos autores do crime na ação penal privada.

4. Marque o item correto.

- a) No processo penal, a deserção pode ocorrer nas ações penais públicas e privadas, mesmo as subsidiárias das públicas.
- b) Proposta ação penal privada subsidiária da pública, é possível ao Ministério Público repudiar a queixa subsidiária e postular o arquivamento do inquérito policial, tendo em vista ser o Ministério Público o titular da ação penal pública.
- c) Sendo o ofendido incapaz, é possível o exercício da queixa por curador nomeado pelo juízo em

caso de ação penal personalíssima.

d) O princípio da singularidade impede que uma parte maneje recurso em sentido estrito quando for cabível apelação, mesmo que apenas de parte da decisão se recorra.

e) Na ação penal privada o não Ministério Público participará do processo, salvo na ação penal privada subsidiária da pública.

5. Marque a opção correta:

a) Para fins de fixação de competência no processo penal, a infração com pena mais grave é aquela em que a pena mínima cominada é a mais alta.

b) As causas de impedimento do juízo se aplicam ao Ministério Público, mas não as de suspeição.

c) Nos crimes de tráfico de drogas previstos na Lei 11.343/2003, o laudo de constatação é suficiente para o exercício da ação penal.

d) Ainda que o STJ aceite a fixação de obrigação de prestação de serviços à comunidade na suspensão condicional do processo, não admite a perda da fiança como condição.

e) Se após oferecida a denúncia o juízo perceber que o fato está prescrito, deverá rejeitar a denúncia.

6. Marque o item correto.

a) Segundo entendimento do STF fixado em ADI, o crime de lesão corporal praticado contra a mulher em contexto de violência doméstica é de ação penal pública incondicionada, mas o crime de ameaça, mesmo em contexto de violência doméstica, depende de representação da ofendida.

b) Segundo o STF, o julgamento dos crimes relacionados à pornografia infantil na internet a competência será das Varas da Criança e da Adolescência, tendo em vista que o crime está previsto no ECA.

c) A homologação da transação penal faz coisa julgada material, cabe o Ministério Público executar o acordo em caso de descumprimento.

d) Compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar originalmente o habeas corpus impetrado contra decisão dos juizados especiais criminais.

e) É possível a imposição de medida cautelar cumulativamente com a fiança e o descumprimento daquela pode resultar em quebra de fiança.

7. Sobre a competência, marque o item correto.

a) Iniciada a execução de um crime de homicídio em Fortaleza, mas a vítima vem a morrer em Maracanaú e o autor é preso em Caucaia, será competente para o julgamento o Tribunal do Juri de Fortaleza.

b) Iniciada a execução de crime de menor potencial ofensivo em Fortaleza, mas somente se consumou em Aquiraz, será competente para apreciar eventual ação penal o juizado Especial Criminal de Fortaleza.

c) Nos crimes praticados fora do território brasileiro, mas sujeitos à jurisdição brasileira, será sempre competente para julgamento o juízo federal do Distrito Federal.

d) Em caso de estelionato praticado mediante a falsificação de cheque, o julgamento competirá ao juízo do local onde foi feita a falsificação do cheque.

e) Compete à Justiça Estadual o julgamento de contravenções penais, mesmo que cometidas em detrimento de bens ou serviços da União ou que sejam conexos com crimes de competência da Justiça Federal.

8. Marque o item correto.

- a) A competência por continência será fixada quando a prova de uma infração influir na prova de outra infração.
- b) No processo penal, a decadência enquanto perda do direito de propor a ação penal, pode ocorrer na ação penal privada exclusiva, na ação penal privada subsidiária da pública e na ação penal pública condicionada.
- c) A conexão tem por finalidade a adequação unitária e a reconstrução crítica das provas e, de acordo com a doutrina, divide-se em material e processual.
- d) O princípio *nemo tenetur* tem aplicação em todas as etapas do interrogatório, logo o Réu não é obrigado a informar seu nome e endereço diante do direito ao silêncio.
- e) Será possível a realização de interrogatório do réu por videoconferência em caráter excepcional para prevenir risco à segurança pública, quando exista fundada suspeita de que integre organização criminosa, quando possa fugir durante o deslocamento ou por dificuldades no deslocamento que possa atrasar a audiência.

9. Sobre competência, marque o item correto.

- a) Segundo a jurisprudência dos Tribunais Superiores, compete à Justiça Federal processar e julgar crime em que indígena figura como autor ou vítima.
- b) Homicídio praticado em concurso por um Juiz de Direito e um particular resultará em uma exceção do princípio da unidade, tendo em vista que o juiz de direito será julgado pelo Tribunal de Justiça e o participar pelo Tribunal do Juri.
- c) Será competente para julgamento a Justiça Federal onde a droga for apreendida em caso de importação ou exportação.
- d) A competência será fixada pela conexão nos casos de delitos cometidos com erro na execução e resultado diverso do pretendido.
- e) Compete a Justiça Estadual julgar os crimes ambientais, salvo os praticados em terras indígenas, quando a competência será da Justiça Federal.

10. Marque o item correto sobre prisão preventiva.

- a) Parlamentar preso em flagrante por pela prática de crime de homicídio qualificado terá direito a liberdade provisória por meio de fiança.
- b) Cabe à autoridade policial responsável pela instauração do inquérito policial efetuar, de ofício, a prisão temporária de acusado por crime de estupro de incapaz.
- c) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que decreta a prisão preventiva do investigado
- d) É direito subjetivo do investigado a substituição da prisão preventiva pela domiciliar quando for imprescindível para cuidado de pessoa de sua família que tenha deficiência mental.
- e) Cabe substituição da prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for gestante ou mulher com filho de até 14 (quatorze) anos incompletos.